

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.500
Preferenciais	9.000
Total	13.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	948
Preferenciais	0
Total	948
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	36.793	35.588
1.01	Ativo Circulante	2.300	2.300
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28	28
1.01.01.01	Disponibilidades	28	28
1.01.03	Contas a Receber	1.848	1.848
1.01.03.01	Clientes	1.848	1.848
1.01.03.01.01	Contas a receber	11.901	11.901
1.01.03.01.02	Provisão para devedores duvidosos	-10.053	-10.053
1.01.06	Tributos a Recuperar	196	196
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	196	196
1.01.06.01.01	Tributos a recuperarr	196	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	228	228
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	85	85
1.01.08.03	Outros	143	143
1.02	Ativo Não Circulante	34.493	33.288
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.073	32.868
1.02.01.04	Contas a Receber	158	158
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	158	158
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	33.915	32.710
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	33.915	32.710
1.02.02	Investimentos	58	58
1.02.02.01	Participações Societárias	58	58
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	58	58
1.02.03	Imobilizado	330	330
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	330	330
1.02.03.01.01	Terrenos	330	330
1.02.04	Intangível	32	32
1.02.04.01	Intangíveis	32	32
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	32	32

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	36.793	35.588
2.01	Passivo Circulante	224.171	220.581
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	85.578	84.179
2.01.01.01	Obrigações Sociais	84.464	83.068
2.01.01.01.01	INSS	84.464	83.068
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.114	1.111
2.01.02	Fornecedores	24.293	24.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.293	24.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.881	32.333
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.881	32.333
2.01.03.01.02	Tributos e contribuições sociais	33.881	32.333
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.929	6.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.929	6.141
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.929	6.141
2.01.06	Provisões	74.490	73.568
2.01.06.02	Outras Provisões	74.490	73.568
2.01.06.02.04	Provisão para perdas em investimentos	74.490	73.568
2.02	Passivo Não Circulante	453	453
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	453	453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	453	453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	453	453
2.03	Patrimônio Líquido	-187.831	-185.446
2.03.01	Capital Social Realizado	27.038	27.038
2.03.01.01	Capital Social	27.038	27.038
2.03.02	Reservas de Capital	14.783	14.783
2.03.02.04	Opções Outorgadas	16.222	16.222
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.439	-1.439
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-229.652	-227.267
2.03.06.01	Prejuízo do Exercício	-229.652	-227.267

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5	8
3.01.01	Receita de aluguéis	5	8
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1	-1
3.02.01	PIS/COFINS	-1	-1
3.03	Resultado Bruto	4	7
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-948	-1.197
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-948	-1.197
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-944	-1.190
3.06	Resultado Financeiro	-1.467	-1.632
3.06.01	Receitas Financeiras	1.479	1.314
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.946	-2.946
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.411	-2.822
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.411	-2.822
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.411	-2.822

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.411	-2.822
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.411	-2.822

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.411	-2.822
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.411	-2.822
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.411	2.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28	28
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28	28

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-227.241	0	-185.420
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-227.241	0	-185.420
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.411	0	-2.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.411	0	-2.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-229.652	0	-187.831

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-220.024	0	-178.203
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-220.024	0	-178.203
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.822	0	-2.822
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-222.846	0	-181.025

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	5	8
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5	8
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1	-1
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1	-1
7.03	Valor Adicionado Bruto	4	7
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4	7
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	532	117
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-948	-1.197
7.06.02	Receitas Financeiras	1.480	1.314
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	536	124
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	536	124
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.947	2.946
7.08.03.01	Juros	2.947	2.946
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.411	-2.822
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-2.411	-2.822

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.039	3.075
1.01	Ativo Circulante	2.282	2.281
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34	33
1.01.01.01	Caixa	34	33
1.01.03	Contas a Receber	1.810	1.810
1.01.03.01	Clientes	15.101	15.101
1.01.03.01.01	Clientes	15.101	15.101
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	-13.291	-13.291
1.01.03.02.01	Provisão devedores duvidosos	-13.291	-13.291
1.01.06	Tributos a Recuperar	196	196
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	196	196
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	196	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	242	242
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	85	85
1.01.08.01.01	Outas contas a receber	85	85
1.01.08.03	Outros	157	157
1.02	Ativo Não Circulante	757	794
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	85	122
1.02.01.04	Contas a Receber	-72	-35
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	-72	-35
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	157	157
1.02.02	Investimentos	58	58
1.02.02.01	Participações Societárias	58	58
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	58	58
1.02.03	Imobilizado	582	582
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	582	582
1.02.03.01.01	Imobilizado	582	582
1.02.04	Intangível	32	32
1.02.04.01	Intangíveis	32	32
1.02.04.01.02	Marcas e patentes	32	32

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.039	3.075
2.01	Passivo Circulante	180.967	178.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.215	84.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	84.464	83.068
2.01.01.01.01	INSS	84.464	83.068
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.751	1.705
2.01.02	Fornecedores	43.439	43.590
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.439	43.590
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.827	35.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.827	35.237
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições sociais	36.827	35.237
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.486	14.698
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.486	14.698
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.486	14.698
2.02	Passivo Não Circulante	9.902	10.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.902	10.196
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	706	706
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	706	706
2.02.01.02	Debêntures	9.196	9.490
2.02.01.02.01	Parcelamentos	9.196	9.490
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-187.830	-185.419
2.03.01	Capital Social Realizado	27.038	27.038
2.03.02	Reservas de Capital	14.784	14.784
2.03.02.04	Opções Outorgadas	16.222	16.222
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.438	-1.438
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-229.652	-227.241

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	449	8
3.01.01	Aluguel	449	8
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42	-1
3.03	Resultado Bruto	407	7
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-468	-470
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-468	-470
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-61	-463
3.06	Resultado Financeiro	-2.351	-2.360
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.351	-2.360
3.06.02.01	Juros Passivos	-2.351	-2.360
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.412	-2.823
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.412	-2.823
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.412	-2.823

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.411	-2.822
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.411	-2.822
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.411	-2.822

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.411	-2.822
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.411	-2.822
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.411	2.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34	30
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34	30

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-227.241	0	-185.420	0	-185.420
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-227.241	0	-185.420	0	-185.420
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.411	0	-2.411	0	-2.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.411	0	-2.411	0	-2.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-229.652	0	-187.831	0	-187.831

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-220.024	0	-178.203	0	-178.203
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-220.024	0	-178.203	0	-178.203
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.822	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.822	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	-2.822	0	-2.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	-2.822	0	-2.822
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-222.846	0	-181.025	0	-181.025

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	449	8
7.01.02	Outras Receitas	449	8
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-510	-471
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42	-1
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-468	-470
7.03	Valor Adicionado Bruto	-61	-463
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-61	-463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.481	1.314
7.06.02	Receitas Financeiras	1.481	1.314
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.420	851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.420	851
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.831	3.673
7.08.03.01	Juros	3.831	3.673
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.411	-2.822
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-2.411	-2.822

Comentário do Desempenho

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A.
– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
(CNPJ 17.159.005/0001-64)

Comentário do Desempenho – 1º trimestre 2025

Desde o exercício de 2020, as receitas de aluguéis de imóveis próprios da Companhia sofreram reduções significativas, sobretudo em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19 e dos conflitos bélicos entre Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas, que até a presente data, ainda, produzem efeitos negativos tanto na economia mundial quanto nacional, e, por conseguinte, no fluxo de caixa da Companhia; não obstante, em meados de 2020, a administração da companhia conseguiu renovar o contrato de locação do seu principal imóvel em condições razoáveis e, assim, veio conseguido honrar as obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, saldar as obrigações correntes em dia e, também, gradativamente, de acordo com as disponibilidades de recursos, pagar as dívidas fiscais atrasadas das empresas São José, que já puderam ser ajuizadas/parceladas. Cabendo destacar que até 31 de março de 2025 os mencionados parcelamentos foram pagos em dia. Conforme já divulgado em informações precedentes, em meados de fevereiro de 2023, a locatária do imóvel acima referido rescindiu o contrato de locação e, desde então, a Administração da Companhia vem empreendendo todos os esforços possíveis para encontrar novos locatários. Como resultado desses esforços, até a presente data, já conseguiu relocar parte significativa do imóvel; contudo, ainda não foi possível restabelecer plenamente o fluxo de caixa da Companhia, que se acredita ocorrerá quando se der a locação total do imóvel. Além dos fatos ora reportados, a situação geral das empresas São José não sofreu outras alterações, durante o primeiro trimestre do exercício de 2025.

Notas Explicativas***FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**1.1 – Contexto operacional**

A Fiação e Tecelagem São José S.A. é uma companhia aberta, situada em Recife/PE, que tem por atividades a fabricação e o comércio de tecidos em geral, a locação de imóveis próprios e a participação em outras sociedades. A Companhia é controladora integral da São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., anteriormente denominada Fiação e Tecelagem São José do Nordeste Ltda., também em recuperação judicial, situada em Jaboatão dos Guararapes/PE (Nota 5).

Em decorrência do desaquecimento do mercado de tecidos, confecções e correlatos ocorridos a partir de 2001 e agravado nos exercícios seguintes em razão da não adoção de medidas protecionistas por parte do governo brasileiro e, também, mais ainda, em razão da grande crise financeira internacional ocorrida em 2008, que provocou efeitos em todo o mundo, a companhia, que já vinha enfrentando dificuldades na consecução das suas atividades e, por conseguinte, vinha apresentando insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais, foi obrigada a paralisar completamente as suas atividades de fabricação e comércio de tecidos e a demitir a totalidade dos seus empregados, em junho de 2009. Presentemente, vem desenvolvendo as atividades de locação de imóveis próprios e de participação em outras sociedades.

1.2 – Recuperação judicial

Objetivando a busca de alternativas para superar essas dificuldades e para retomar as atividades operacionais da Companhia, que continuavam paralisadas, a Administração apresentou, em 12 julho de 2010, Pedido de Recuperação Judicial, na 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes - PE (local onde de fato se encontra a administração da companhia e onde se pretendia dar continuidade às operações) – Processo nº 0010440-56.2010.8.17.0810. O referido Pedido foi deferido em 26 de julho de 2010. O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi apresentado em outubro de 2010 e homologado pela justiça cível em 25 de janeiro de 2011.

A partir de então, foram iniciadas as medidas previstas no PRJ com o objetivo de caminhar na direção da retomada das operações industriais, foram contratados alguns prestadores de serviços de contabilidade, de auditoria independente, de advocacia e de consultoria, religada a energia elétrica do escritório da administração, reativados sistemas informatizados, retomadas a elaboração e o envio de informações periódicas ao mercado, publicadas demonstrações financeiras e seus anexos, realizadas as assembleias de acionistas e implementadas outras providências societárias.

Durante o exercício de 2011, foram saldadas as dívidas trabalhistas da controladora e da controlada integral com a utilização dos recursos auferidos no leilão judicial trabalhista dos imóveis onde funcionava a sede da Companhia e a unidade industrial da controladora, que já havia sido desativada desde fevereiro de 2008.

Desde o exercício de 2012, a administração da Companhia continuou a trabalhar no sentido de que as medidas previstas no PRJ pudessem ser implementadas e, assim, possibilitar a captação de recursos para obter capital de giro necessário ao reinício das atividades operacionais e/ou à proposição de alternativas que sejam viáveis e compatíveis com a atual e complexa situação em que a companhia se encontra.

Nesse contexto e nos termos do item 8.8.3 do Plano de Recuperação Judicial homologado, que prevê de forma específica a possibilidade de alienação das instalações atuais para a retomada de suas atividades em local diverso, in verbis: *“item 8.8.3. Retomada das atividades operacionais: A retomada das atividades da fábrica poderá se dar em local distinto das instalações atuais, haja vista que, para que possa gerar o capital de giro indispensável à sua sustentabilidade, se faz necessária a captação de recursos, e a forma que se apresenta no momento, são através da alienação do imóvel onde se encontra instalada a controlada da Companhia”* e, também, considerando a situação de fragilidade financeira em que a Companhia se encontra, a Administração entendeu que não havia sentido em continuar mantendo uma estrutura industrial com alto custo em um local com excelente valorização imobiliária. Após esgotados os esforços de tentativa de venda Judicial do imóvel em questão, estando prevista a possibilidade de venda dos bens da empresa no PRJ homologado, consubstanciado pela legislação, a Administração da Companhia requereu ao Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, local onde se processa a Recuperação Judicial da Companhia, a



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

determinação de designação de hasta pública para venda do imóvel localizado na BR 101 Sul, Km 15, Jaboatão dos Guararapes, inscrito na matrícula 49.218, do registro geral de imóveis de Jaboatão dos Guararapes; entretanto, como o referido imóvel encontra-se penhorado pela Receita Federal (processo 0015026-81.2006.4.05.8300 e seus apensos) em caso de leilão, parte substancial dos recursos que poderiam vir a ser arrecadados teriam que ser reservada para garantia daquele processo. Esse imóvel é o mais representativo ativo, ainda, existente na Companhia e, portanto, aparentou ser a única possibilidade ainda existente para o equacionamento das dívidas da Companhia para com os seus credores, quer seja pela sua alienação e/ou locação.

Após diversas tentativas frustradas de venda judicial do imóvel acima referido, em 2015, surgiu uma empresa de grande porte interessada em alugar o mesmo e, assim, foi firmado contrato de locação do imóvel acima referido por um período de cinco anos, renovável por igual período, pois, aos olhos da administração da Companhia e dos seus consultores jurídicos, pareceu essa ser, a curto/médio prazo, a única e melhor alternativa para gerar os recursos necessários à continuidade do cumprimento das obrigações assumidas no processo de recuperação judicial.

A Companhia ainda possui outros quatro pequenos imóveis na cidade de Barbacena/MG, que também estão destinados à locação e cujos respectivos aluguéis contratados/recebidos, também, são utilizados para o pagamento das obrigações da Companhia. Dentre esses, encontra-se o imóvel onde a Companhia estava sediada até dezembro de 2018, quando então iniciaram-se as medidas necessárias à transferência da sede para o escritório onde de fato funciona a administração das empresas São José, na Rua Pampulha, 141, no Bairro da Imbiribeira, na Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, e, também, à inclusão das atuais atividades operacionais nos Estatutos da Companhia.

Dessa forma, após o recebimento do primeiro mês de aluguel do imóvel de Jaboatão dos Guararapes/PE, em meados do exercício de 2015, a Companhia pode retomar as suas atividades operacionais e iniciar os pagamentos dos demais credores inscritos em sua recuperação judicial, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e desde então vem cumprindo as obrigações assumidas no PRJ, bem como pagando os credores extraconcursais, as suas despesas administrativas e as parcelas da parte de sua dívida tributária que já pode ser parcelada, com os recursos oriundos da receita de aluguel de imóveis próprios que, presentemente, é a única/principal fonte de recursos da companhia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis **individuais e consolidadas** foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tendo atendidos os conceitos introduzidos pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Na consolidação, foram eliminados os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, se pertinente, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São os seguintes os princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis:

- (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda funciona da Companhia e de sua controlada é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, mesma moeda de apresentação de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.
- (b) **Caixa e equivalentes de caixa.** Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.
- (c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.** Foi constituída no montante que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.
- (d) **Investimentos.** O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, sem exceder os valores de mercado.
- (e) **Imobilizado.** Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na Nota 6, que estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, quando aplicável.

Notas Explicativas***FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

(f) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

(g) **Demais ativos.** São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço.

(h) **Passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(i) **Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é calculada com base no resultado antes do imposto de renda.

(j) **Instrumentos financeiros.** Em 31 de dezembro, o valor contábil dos instrumentos financeiros da companhia e de sua controlada, registrados no balanço, tais como disponibilidades e financiamentos, se aproximam do valor de realização, por serem representados principalmente por itens de curto prazo ou por estarem indexados a taxas de mercado.

(k) **Crítérios de consolidação.** As demonstrações consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e abrangem as demonstrações contábeis da companhia e da sua controlada São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. em Recuperação Judicial. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

NOTA 4 – VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA

Nesta rubrica encontram-se registrados os valores apurados nos leilões de imóveis da controladora em Barbacena-MG, realizados pela justiça do trabalho com o objetivo de pagar as indenizações dos ex-funcionários da controladora e da controlada integral que foram demitidos e não receberam. De acordo com o que está estabelecido no PRJ, parte substancial desses valores foram usados/baixados durante o exercício de 2011, mediante determinação do juízo da recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas (Classe 1). O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 refere-se a alguns processos trabalhistas, cujos pagamentos, ainda não foram autorizados/liberados pelo Juízo Recuperacional.

NOTA 5 – INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

Os principais saldos e transações com a controlada São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. – Em Recuperação Judicial são os seguintes:

	2025	2024
Participação na controlada:		
Capital social	17.469	17.469
Patrimônio líquido	(73.542)	(69.954)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(948)	(3.588)
Participação no capital social	99,9993%	99,9993%
Quantidades de cotas (em milhares)	869	869
Equivalência patrimonial - Provisão para perda:		
Saldos no início do exercício	(73.542)	(69.954)
Reversão (constituição) de provisão para perda (resultado)		
Saldos no final do exercício	<u>(74.490)</u>	<u>(73.542)</u>
Saldos e transações com a controlada:		
Demonstração do resultado:		
Equivalência patrimonial/Provisão para perda	<u>(948)</u>	<u>(2.941)</u>



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As transações entre partes relacionadas, substancialmente com a controlada, foram efetuadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado.

As demonstrações contábeis desta controlada foram revisadas, na extensão julgada necessária, pelos mesmos auditores independentes da controladora.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

	Taxas Anuais de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Terrenos	-	330	330	566	566
Móveis e utensílios				16	16
Edificações	1,7% a 7,7%	515	515	5.489	5.489
		845	845	6.071	6.071
Depreciação acumulada		(515)	(515)	(5.489)	(5.489)
		330	330	582	582

A Companhia identificou indicadores que determinaram reduzir o valor de realização de seus ativos imobilizados, em especial, máquinas e equipamentos, em 31 de dezembro de 2013, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados, desta forma, ajustou o saldo destes bens para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Administração.

NOTA 7 – CONTINGÊNCIAS

7.1 – Contingências fiscais ativas

A Controlada, São José do Nordeste, possuía crédito junto a Fazenda Nacional, referente decisão da ação 1073-58.1991.4.05.8300 já transitado em Julgado. Apesar da Ordem judicial de compensação do crédito existente com as parcelas vencidas do Refis, a compensação não foi realizada e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) desabilitou em dezembro de 2013 a empresa do Refis. O crédito da São José do Nordeste, em dezembro de 2013 alcançava valores na ordem de 4,3 Milhões. A fim de ser reinserido no Refis, foi ajuizada ação ordinária com pedido liminar para reinclusão ao pedido de parcelamento (Processo n.º 0800951-23.2014.4.05.8300, na 2ª Vara Federal Justiça Federal do Estado de Pernambuco). Em meados de 2015, a decisão da referida ação foi favorável à Companhia. Durante o exercício de 2018, a São José do Nordeste aderiu ao PERT e utilizou, com autorização da Justiça Federal, parte dos créditos existentes junto à Fazenda Nacional, que já se encontravam depositados em juízo, para o pagamento das parcelas iniciais do referido parcelamento. Já em 2018, as parcelas únicas/finais foram pagas/compensadas com saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, bem como o saldo remanescente dos créditos já depositados em juízo foram/serão utilizados para o pagamento de dívidas remanescentes junto à RFB/PGFN que não puderam ser incluídas no PERT em função das disposições legais e regulamentares. Os efeitos da utilização de parte dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 28.845 mil, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2018, na linha de provisão para o IRPJ e CSLL como versão.

7.2 – Contingências passivas

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais em andamento envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em análise destas ações e em informações de seus assessores jurídicos, considera que os passivos registrados são suficientes para cobrir eventuais perdas com as ações em curso.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital subscrito e integralizado: O capital subscrito e integralizado da controladora está dividido em 4.500 mil ações ordinárias e 9.000 mil ações preferenciais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações societárias. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso de capital e direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

(b) Ações em tesouraria: São representadas por 66 ações ordinárias, e 948.117 ações preferenciais, que foram adquiridas em 1991, para posterior recolocação no mercado, conforme autorização da CVM.

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social, quando requeridas, são registradas contabilmente com base na legislação em vigor e na regulamentação dos incentivos fiscais possuídos pela controlada. Os efeitos do IRPJ e da CSLL são reconhecidos no resultado do exercício a que competem.

Na controladora o prejuízo fiscal acumulado totalizou em R\$ 121,9 milhões em 2024 e R\$ 115,9 milhões em 2023. A base de cálculo negativa da contribuição social totalizou em R\$ 123,5 milhões em 2024 e R\$ 117,5 milhões em 2023. Na controlada o prejuízo fiscal acumulado totalizou em R\$ 107,61 milhões em 2024 e R\$ 104,0 milhões em 2023. A base de cálculo negativa da contribuição social totalizou em R\$ 121,61 milhões em 2024 e R\$ 117,6 milhões em 2023.

Em novembro de 2009, nos termos da Lei nº 11.941, de 27.05.2009, as companhias, controladora e controlada, aderiram ao programa de recuperação fiscal estabelecido pela referida lei. Foram incluídos nesse parcelamento a totalidade dos débitos administrados pela SRF e na PGFN que se encontravam pendentes de pagamento. Por ocasião da adesão, tanto a controladora quanto a controlada optaram pela utilização do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social para amortizar parte dos débitos fiscais que se encontravam em atraso. Os pagamentos das parcelas do referido programa foram realizados regularmente até 31 de dezembro de 2023 (vide Nota 7.1).

NOTA 10 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; foram pagos aos administradores R\$ 322 mil (sendo R\$ 284 mil à diretoria e R\$ 38 mil ao conselho de administração) em 2024 e R\$ 361 mil (sendo R\$ 319 mil à diretoria e R\$ 42 mil ao conselho de administração) em 2023.

NOTA 11 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

A administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 25 de abril de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oscar Augusto Rache Ferreira
Presidente

Regina Maria Sant'anna Ferreira

Oscar de Magalhães Ferreira

DIRETORIA

Oscar Augusto Rache Ferreira
Diretor-Presidente

Átalo Durso
Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Márcia Helena dos Santos
Contadora-CRC-MG-076.166/O-1 "S" PE

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Fiação e Tecelagem São José S.A. – Em Recuperação Judicial
Recife – PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Fiação e Tecelagem São José S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e de sua controlada contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

A companhia vem apresentando prejuízos consecutivos e insuficiência significativa de capital de giro ao longo dos últimos anos. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em junho de 2009, a Administração da Companhia foi obrigada a paralisar completamente as suas atividades de fabricação e comércio de tecidos e a demitir a totalidade dos seus empregados, em junho de 2009 e ingressou com processo de Recuperação Judicial na tentativa de possibilitar o equacionamento da situação financeira e patrimonial, visando a continuidade operacional. Em 12 de julho de 2010, a Companhia protocolou Pedido de Recuperação Judicial na 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes – PE, sendo o processo tombado sob o nº 0010440-56.2010.8.17.0810. Em 26 de julho de 2010, obteve o deferimento do referido pedido. Em outubro de 2010 a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Em 25 de janeiro de 2011, o PRJ foi homologado pela referida vara da justiça cível. Embora as atividades industriais, ainda, se encontrem paralisadas, a administração da Companhia vem adotando as medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial – PRJ com o objetivo de saldar as suas obrigações, sobretudo com os recursos apurados com a locação de ativos imobilizados. A partir do exercício de 2019, a Companhia passou a desenvolver as atividades de administração e locação de imóveis próprios e de participações em outras sociedades.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou um passivo a descoberto de R\$ 18.831 mil e índices financeiros adversos, devido aos prejuízos apresentados nos últimos exercícios.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional definitiva. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife – PE, 12 de maio de 2025.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC – PE – 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Junior
Contador – CRC – PE – 011620/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 25 abril de 2025, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A diretoria da Companhia declara, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em 13 de maio de 2025, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado as mesmas